

A. I. Nº - 207106.0002/11-5
AUTUADO - CHIACCHIO INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.
AUTUANTES - CHARLES BELINE CHAGAS OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA
INTERNET - 14/12/2011

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0265-03/11

EMENTA. ICMS. PROGRAMA DESENVOLVE. RECOLHIMENTO FORA DO PRAZO DA PARCELA NÃO ALCANÇADA PELO PRAZO DA DILAÇÃO. PERDA DO BENEFÍCIO EM RELAÇÃO À PARCELA INCENTIVADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Restou comprovado o não recolhimento no prazo regulamentar da parcela não incentivada o que culminou na perda do direito relativo à parcela sujeita a dilação do prazo. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 10/08/2011 exige ICMS no valor de R\$ 69.578,14, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, 'f' da Lei nº 7.014/96, sob a acusação de falta de pagamento na data regulamentar da parcela não sujeita a dilação de prazo, perdendo o direito ao benefício em relação à parcela incentivada prevista pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia-DESENVOLVE.

O autuado, às fls. 13a 17, apresentou defesa, inicialmente argüindo nulidade do Auto de Infração, alegando que o auto de infração reclama crédito tributário em razão da suposta “perda do direito ao benefício em relação à parcela incentivada prevista no DESENVOLVE” sem contudo apresentar a Resolução do Conselho Deliberativo devidamente fundamentado em parecer da Secretaria Executiva. Entende que o não atendimento a pressuposto essencial, no caso o ato da autoridade competente, representado pela mencionada Resolução, que determinou o cancelamento da autorização de fruição do benefício, torna o ato nulo.

Assevera também que houve o descumprimento do devido processo legal tendo em vista a ausência de relatório fundamentado, cerceando o seu direito de defesa, já que não ficou caracterizado o motivo do desenquadramento.

Afirma ainda ser improcedente o lançamento ex-officio, já que não ficou caracterizada a mora do contribuinte beneficiário do incentivo sobre as parcelas devida pois o texto do Auto de Infração reporta-se à data de vencimento diversa da constante no Regulamento do DESENVOLVE, não descreve a reincidência da infração, não indica de forma clara a ocorrência de qualquer infração caracterizada como crime contra a ordem tributária e nem a observância de qualquer das exigências para habilitação do Programa.

Concluiu requerendo a Nulidade do Auto de Infração ou a sua Improcedência.

O autuante junta informação fiscal às fls. 21a 22.

Rebate as argumentações defensivas, afirmando que o art. 18 do Decreto 8205/02 é bastante claro ao afirmar que o contribuinte ao atrasar ou deixar de recolher o ICMS terá o direito ao benefício suspenso e não terá o benefício relativo àquelas parcelas cujo pagamento foi feito com atraso. Disse que a suspensão se dará automaticamente independente de qualquer Resolução do Conselho Deliberativo.

Esclarece que o cancelamento, a que a autuada se referiu, este sim, somente se dará se o contribuinte reincidir nas infrações previstas no art. 18 do mencionado Decreto através da

Resolução do Conselho Deliberativo, sendo que este cancelamento será de todo o benefício fiscal e de forma definitiva.

No mérito diz que o Auto de Infração exige apenas uma parcela em atraso, e para reforçar o seu argumento anexou um outro Auto de Infração lavrado por um outro colega que exigiu o pagamento do ICMS referente ao atraso de mais de seis parcelas beneficiadas pelo DESENVOLVE, comprovando que o contribuinte infringiu, reiteradamente, o disposto no art. 18 do Decreto 8205/02 .

Finaliza requerendo a Procedência do Auto de Infração.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS correspondente à parcela incentivada, em virtude do autuado não ter recolhimento o ICMS correspondente à parcela não sujeita a dilação de prazo prevista pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia-DESENVOLVE.

Primeiramente, no que diz respeito à alegação do autuado de que a perda do benefício fiscal foi desprovida da apresentação da decisão do Conselho Deliberativo do Programa, determinando o cancelamento da autorização de fruição do benefício observo que o lançamento neste Auto de Infração foi efetuado em razão do contribuinte não ter recolhido, no prazo regulamentar, a parcela não sujeita a dilação de prazo. Neste caso, houve apenas a perda do benefício, naquele mês conforme prevê o Decreto 8.205/2002 em seu artigo 18, já com a redação alterada pelo Decreto nº. 9.513/05. Neste caso, se no período seguinte de apuração do imposto, houver o recolhimento tempestivo do imposto, não sujeito a dilação, o contribuinte voltará a se beneficiar da dilação de prazo, em relação à parcela incentivada. Trata-se, portanto, de uma exclusão temporária dispensada de qualquer formalidade.

Quanto à argumentação de descumprimento do devido processo legal ou cerceamento de defesa, em razão da ausência de relatório fundamentado, observo que o valor exigido foi apurado pelo próprio contribuinte no seu livro Registro de Apuração do ICMS (RAICMS), conforme se verifica à fl.08.

Deste modo, restam afastados os pedidos de nulidade apresentados pelo autuado.

No mérito, não acato a alegação defensiva de que não ficou caracterizada a mora sobre as parcelas devidas em razão do Auto de Infração reportar-se à data de vencimento diversa da constante no Regulamento do DESENVOLVE , tendo em vista que tal diploma legal, aprovado pelo Decreto 8.205/2002, em nenhum de seus dispositivos prevê ou estipula prazo de recolhimento do ICMS, devendo portanto, prevalecer os prazos determinados no art. 124 do RICMS/BA , o que foi obedecido pelo fiscal autuante.

Com efeito, o documento de fl. 07 demonstra claramente que o valor apurado pelo contribuinte da parcela não sujeita a dilação no valor de R\$7.730,91 com vencimento previsto para 09/06/2011 foi recolhida em 08/08/2011, juntamente com os acréscimos legais, o que levou a fiscalização a considerar a vencida a parcela sujeita a dilação de prazo apurada pelo próprio contribuinte no livro Registro de Apuração do ICMS (RAICMS), fl. 08.

Em relação ao argumento de que o Auto de Infração não indica de forma clara a ocorrência de qualquer infração caracterizada como crime contra a ordem tributária e nem a observância de qualquer das exigências para habilitação do Programa, esclareço que esta exigência somente é necessária em se tratando de cancelamento da autorização para uso dos incentivos do Programa, previsto no art. 19 do Decreto.205/2002, o que não foi objeto deste Auto de Infração já que como anteriormente esclarecido trata de hipótese prevista no artigo 18 do mencionado Decreto.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207106.0002/11-5**, lavrado contra **CHIA CCHIO INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.**, devendo ser intimado a autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 69.578,14**, acrescido da multa de 60% prevista artigo 42, inciso II alínea “f” da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de novembro de 2011

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – RESIDENTE

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – RELATORA

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR